



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004544-38.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Thales Lemos Moraes**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação proposta por **Thales Lemos Moraes**, contra o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO DETRAN/SP, sob o fundamento de que residia na cidade de Varginha-MG quando deu início, em 29/11/2016, ao processo para habilitar-se como condutor de veículo automotor (Tipo B), no Centro de Formação de Condutores Tricordiana Ltda (contrato anexo), nos termos da Lei 9503/97, instituidora do Código de Trânsito Brasileiro CTB, tendo realizado curso teórico e prático, bem como exames médico e psicológico, contudo, ao tentar finalizar o processo, neste Município de São Carlos, para o qual mudou, após passar no vestibular, não obteve êxito, por falha no sistema informatizado do DETRAN e sua Licença de Aprendizagem referente ao processo de habilitação venceu em, 30 de novembro de 2017, sem ter a possibilidade de realizar novo(s) Exame de Direção Veicular em Via Pública, prejudicando-o.

O requerido apresentou contestação, afirmando que o ato administrativo goza de presunção de legalidade e veracidade, transferindo-se o ônus a quem invoca a ilegalidade.

Houve réplica às fls. 52.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido merece acolhimento.

É certo que, em favor do réu, posiciona-se a presunção de legalidade, legitimidade e veracidade que cerca as atividades da Administração Pública. Contudo, na hipótese dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autos, esta presunção foi desfeita pelo autor.

Os documentos trazidos com a inicial evidenciam que, de fato, o autor deu início ao processo de habilitação na cidade de Varginha-MG, realizando várias etapas (fls. 19/30). Posteriormente, em setembro de 2017, veio a residir nesta comarca (fl. 31), onde tentou finalizar o seu processo de habilitação, sem êxito, conforme se observa dos documentos de fls. 32, 33 e 35.

Por outro lado, o artigo 28, da Resolução nº 168/2004, do CONTRAN, estabelece a possibilidade do candidato, que modificar seu domicílio ou residência, continuar com o procedimento de habilitação no novo domicílio:

"O candidato a ACC e a CNH, cadastrado no RENACH, que transferir seu domicílio ou residência para outra Unidade da Federação, terá assegurado o seu direito de continuar o processo de habilitação na Unidade da Federação do seu novo domicílio ou residência, sem prejuízo dos exames nos quais tenha sido aprovado".

O autor já tinha sido aprovado nos exames médico e psicológico, bem como na prova teórica, não lhe podendo ser obstada a realização da prova prática, por falha no sistema do DETRAN.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do CPC e PROCEDENTE para determinar que: 1) o DETRAN providencie as alterações necessárias em seu sistema informatizado e no E-CNH, quanto à alteração no cadastro do autor, para que passe a constar os exames médico e psicológico realizados na cidade de Varginha (MG), com as devidas validades (30/11/2021 e indeterminada, respectivamente) e resultado apto, bem como a realização dos Cursos: Teórico Técnico (Legislação), Simulador de Direção Categoria B e Aulas Práticas 04 rodas, além de todas as informações necessárias para que o acesso seja liberado, para que o Centro de Formação de Condutores Transitar possa realizar os agendamentos dos exames de direção veicular para o autor; 2) lhe seja oportunizada a extensão de seu processo de habilitação pelo tempo faltante entre o pedido de transferência do processo e o vencimento da licença de aprendizagem, ou seja, 2 meses e meio, para que possa realizar novo(s) Exame(s) de Direção Veicular em Via Pública, tantos quantos forem possíveis realizar no período acima, em seu processo de habilitação; 3) Sendo considerado apto no exame de direção,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que o réu emita a sua CNH provisória, nos termos da lei. Prazo: 30 dias, sob pena de imposição de multa diária, pelo descumprimento.

Sem condenação em honorários, no Juizado, nesta fase processual.

Oficie-se à Ciretran, dando ciência desta sentença, para as providências cabíveis.

P I

São Carlos, 03 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**